



Produtos populares na Feira da Madrugada, em São Paulo: a China criou um mercado transnacional que abastece cidades do Brasil, Oriente Médio, da África e Índia



Rotas em transformação

São Paulo se torna o principal centro de distribuição de produtos populares chineses pelo Brasil, ocupando o lugar de Ciudad del Este, no Paraguai

Christina Queiroz

As mercadorias populares chinesas que circulavam no Brasil vindas de Ciudad del Este, no Paraguai, agora são distribuídas pelo país a partir de São Paulo, principalmente por meio das atividades comerciais das galerias no centro. Grande parte dos produtos é proveniente das cidades de Guangzhou e Yiwu, no sul da China. Envolvendo também uma constante circulação de pessoas, essas mercadorias costumam chegar pelo porto de Santos e parte delas entra no país legalmente, enquanto outras escapam do sistema de controle da Receita Federal.

Essa foi uma das conclusões do projeto temático “A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea”, coordenado pela socióloga Vera Silva Telles, professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), que em uma de suas frentes de trabalho procura estudar as reconfigurações recentes dos mercados informais em

São Paulo e no Rio de Janeiro. “A China criou um mercado transnacional de produtos populares, abastecendo não apenas cidades do Brasil como também da África, Índia e do Oriente Médio”, lembra a pesquisadora.

Ainda são realizadas excursões para Ciudad del Este, principalmente para aquisição de cigarros e artigos eletrônicos, segundo o pesquisador Carlos Freire, que integra a equipe do projeto e estudou essa dinâmica socioeconômica que conecta centros atacadistas. No entanto, o fluxo de ônibus que parte em direção ao Paraguai é muito menor se comparado ao começo dos anos 2000, diz Freire, que faz estágio de pós-doutorado no Departamento de Sociologia da FFLCH.

Segundo Rosana Pinheiro-Machado, professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, que também desenvolveu trabalhos relacionados ao projeto temático, um dos motivos que explicam essa mudança de rota



GUANGZHOU



SÃO PAULO

Produtos populares são trazidos a São Paulo desde cidades do sul da China, como Guangzhou

está ligado à atenção máxima que os Estados Unidos estabeleceram contra a pirataria. Com isso, o país investiu para reforçar o controle na fronteira com o Paraguai. O Brasil também criou uma nova aduana na região em 2006, com a finalidade de dificultar a passagem dos produtos. “No começo dos anos 2000, havia 20 mil chineses na fronteira de Ciudad del Este. Hoje, esse número é de apenas 4 mil. Eles se dispersaram pela América do Sul e muitos se mudaram para São Paulo”, compara a pesquisadora. Freire, da USP, relata que em 2012 a Associação dos Chineses do Brasil contabilizou 250 mil chineses e descendentes vivendo em todo o país, sendo que 180 mil residiam no estado de São Paulo.

Em São Paulo, as atividades comerciais das galerias do centro, a partir da expansão do comércio de produtos chineses, abastecem mercados populares de todo o país, por meio dos sacoleiros.

“O modelo de comércio em galerias se multiplicou entre 2000 e 2014, transformando espaços tradicionais de comércio do centro da cidade”, observa Freire. Segundo ele, o metro quadrado na Galeria Pajé, uma das mais tradicionais, chega a ser mais caro do que em alguns shopping centers. Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* publicada em 2013 mostra que, na revisão da Planta Genérica de Valores da cidade, o metro quadrado para compra na rua 25 de Março – região em que está a galeria – passou de R\$ 5,2 mil, em 2009, para R\$ 12 mil em 2013. Outra reportagem de 2010 do mesmo jornal indica que o metro quadrado do aluguel na 25 de Março era de R\$ 1 mil e no Brás R\$ 800, comparados aos cerca de R\$ 744 cobrados pelo Shopping Iguatemi.

Além das galerias, outro espaço que impulsionou a circulação de mercadorias chinesas foi a Feira da Madrugada, no Brás, na região central de São Paulo. Criada em 2004 em uma antiga área de manutenção de trens, a feira desenvolve um comércio atacadista para atender sacoleiros que chegam à capital paulista de diversas regiões do Brasil. Freire explica que, nos primeiros anos, vendedores ambulantes e pequenos produtores de roupas brasileiros, paraguaios e bolivianos ocupavam o espaço. Conforme a feira foi se tornando valorizada, comerciantes chineses passaram a comprar pontos de venda, que se transformaram em uma extensão das atividades nas galerias. Hoje, embora muito presentes, a maioria dos produtos da Feira da Madrugada não é chinesa, mas da própria indústria têxtil local e das oficinas de costura que se espalham pela periferia da cidade.

“O custo do ponto no local já chegou a R\$ 400 mil, o que reflete o valor da riqueza circulante, mesmo quando se trata de produtos de baixo custo”, enfatiza Freire. Segundo o pesquisador, a Feira da Madrugada motivou o desenvolvimento de uma nova dinâmica comercial na região, com

a criação de galerias voltadas para os sacoleiros que frequentam o Brás na madrugada. “Nesses novos empreendimentos, os chineses predominam”, detalha. Peças de vestuário, bijuterias, bolsas, malas, acessórios para celulares, equipamentos e componentes eletrônicos, raquetes de matar mosquito, lanternas e brinquedos são alguns produtos chineses que circulam no comércio popular.

As atividades laborais dos migrantes chineses em São Paulo gravitam em torno do comércio, mas há também empresários que atuam no mercado imobiliário, comprando espaços em galerias para depois alugar, informa Freire. Alguns são empregados desses empresários, enquanto outros se reúnem para criar cooperativas de cré-

dito e fazer importações em grande escala. “Há uma ampla diversidade entre os chineses de São Paulo, não apenas nas atividades profissionais que desempenham como também em relação às origens. Em algumas galerias, pode-se escutar quatro dialetos chineses diferentes”, relata. A presença chinesa no centro da cidade se estende também a outros espaços: hoje, os filhos de chineses representam mais da metade dos alunos do Colégio São Bento, uma das instituições particulares mais tradicionais da cidade, ligada ao Mosteiro São Bento.

ECONOMIA INFORMAL

A economia informal deve movimentar R\$ 1 trilhão no Brasil em 2017, número que inclui mercadorias provenientes de diferentes países, e não apenas da China. O cálculo é de um estudo desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas, divulgado em reportagem publicada no jornal *Valor Econômico* em 6 de dezembro. O jornal também publicou dados do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidades estimando que a cidade de São Paulo perdeu R\$ 4,5 bilhões em evasão fiscal por causa do comércio de produtos ilegais, em 2016.

De acordo com Rosana, grande parte dos produtos chega pelo porto de Santos, mas apenas uma parcela deles é declarada. “A Receita Federal trabalha por amostragem. Com isso, é possível burlar o sistema de controle. No entanto, não é possível mensurar com precisão a quantidade de mercadorias que entra no país ilegalmente”, explica. Freire destaca que o comércio popular nem sempre tem uma distinção bem definida entre formal e informal, legal e ilegal. No Brasil, na medida em que esse comércio se desenvolveu e houve uma mudança de escala, foram constituídas empresas de importação e exportação no centro de São Paulo para realizar compras diretamente da China. “A passagem das margens estreitas da Ponte da Amizade, no Paraguai, para os contêineres do porto de Santos envolve mudanças nas mediações da circulação das mercadorias e isso passa por uma maior dimensão formal das relações”, conta o sociólogo.

Apesar da dificuldade em mensurar a quantidade de artigos chineses que entram ilegalmente no Brasil, estima-se que de 15% a 20% dos produtos eletrônicos e de informática vendidos no Brasil são contrabandeados, afirma Paulo Roberto Feldmann, professor na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP. “Como boa parte dos produtos que vêm da China são dessa modalidade, eu usaria a mesma proporção de base para estimar o percentual de itens ilegais em outros tipos de mercadorias”, analisa Feldman.

Rosana defende, no entanto, que é preciso evitar a imagem do importador chinês como uma figura mafiosa. “Muitos migrantes que vendem mercadorias ilegais são pessoas que o mercado laboral brasileiro não conseguiu absorver e precisam atuar com a atividade por uma questão de sobrevivência”, sustenta. Além dos chineses, a atividade comercial das galerias no centro de São Paulo e os camelódromos brasileiros em geral garantem o sustento de pessoas de diversas nacionalidades.

Daniel Veloso Hirata, professor do Departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF) que integra a equipe do temático, destaca que a venda de mercadorias populares está associada ao trabalho ambulante. Ele conta que, nos anos 1990, a prefeitura de São Paulo começou a fornecer licenças para determinadas pessoas trabalharem com essa atividade, entre elas ex-presidiários e deficientes físicos, que poderiam ter mais dificuldades para ingressar no mercado formal de trabalho.

O metro quadrado para compra na região da rua 25 de Março, onde fica a Galeria Pagé (abaixo), está entre os mais caros de São Paulo



Box de galeria na esquina da av. Paulista com rua Pamplona: artigos populares importados estão por toda a cidade



EM 2016 ENTRARAM LEGALMENTE NO BRASIL US\$ 30 BILHÕES EM PRODUTOS CHINESES

No mesmo período, formaram-se associações de ambulantes reunindo pessoas que buscavam ampliar o direito ao trabalho na rua. Hirata considera que um ponto de inflexão nesse panorama foi a criação da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI) nos anos 2000, permitindo a formalização de diferentes atividades. “No caso dos vendedores ambulantes, eles ainda precisam obter uma licença da prefeitura, porém, com a formalização passam a ter alguns direitos previdenciários e sociais”, esclarece Hirata.

Já a situação no Recife é diferente, segundo o antropólogo Marcos de Araújo Silva, pesquisador colaborador no Centro em Rede de Investigação em Antropologia, localizado em Portugal, e no Instituto de Estudos da América Latina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Na cidade, ele avalia que cerca de 30% dos produtos chineses chegam a partir de São Paulo e o restante sai da província chinesa de Guangdong diretamente para o porto de Suape, na Região Metropolitana do Recife. Na capital pernambucana, o comércio popular ocorre com mais intensidade no bairro de São José. “Entre 2001 e 2010, os chineses eram

atendentes em grande parte das lojas. Hoje, atuam como gerentes em cerca de 40% desses estabelecimentos, controlando a circulação do capital”, detalha. Os números resultam de pesquisas que o antropólogo realiza há aproximadamente 10 anos sobre os chineses em Pernambuco.

Apesar da predominância atual dos produtos populares chineses na região central de São Paulo, Douglas de Toledo Piza, doutorando em sociologia na New School for Social Research, em Nova York, Estados Unidos, lembra que o centro da cidade é um polo importante de distribuição de mercadorias desde o começo do século XX, quando imigrantes de diferentes etnias montaram lojas e atuavam com comércio ambulante. “A figura do mascate é uma modalidade de vendedor ambulante que utilizava as linhas ferroviárias do centro para distribuir produtos pelo país”, diz.

Carlos Freire, da USP, enfatiza que o circuito de mercadorias chinesas distribuídas no comércio popular funciona paralelamente ao das grandes empresas que também procuram, na China, menores custos de produção. “A disseminação de cópias a partir da China se associa ao trabalho das empresas estrangeiras que terceirizam sua produção com fábricas chinesas. Estas, por vezes, acabam reproduzindo e comercializando produtos sem autorização das detentoras das marcas”, explica. Em relação à mão de obra, o pesquisador relata que, na China, os direitos trabalhistas e sociais dos chineses estão ligados a um registro de nascimento, que precisa ser transferido quando a pessoa muda de cidade. Caso isso não seja fei-



Contêineres no porto de Santos: parte do que entra no país não é declarada

to, o cidadão pode estar sujeito a um regime de exploração por parte das empresas, além de não ter acesso a outros direitos.

POTÊNCIA COMERCIAL

O primeiro fluxo migratório chinês para o Brasil data de 1812, cujo propósito era investir no cultivo de chás, no Rio de Janeiro. Esse fluxo passou por uma ascensão significativa a partir da segunda metade do século XX, quando chineses e taiwaneses imigravam ao Brasil para fugir dos conflitos políticos na Ásia. Após a morte do líder comunista Mao Tsé-Tung em 1976, a nação vivenciou um processo de mudanças, passando a permitir que os chineses circulassem entre as províncias internas e também viajassem para o exterior. Com isso, muitos cidadãos se dirigiram às províncias do Sul, onde se concentra grande parte das fábricas de bens supérfluos. Além disso, o país começou a oferecer incentivos à exportação, passando a autorizar o envio de contêineres com distintos tipos de mercadorias a qualquer parte do mundo.

“A China era um país fechado até o final dos anos 1970. Preocupados com o colapso financeiro da União Soviética, os governantes resolveram introduzir o capitalismo de forma gradativa em seu território no final da década de 1990, criando um modelo comercial exitoso”, conta Feldmann, professor na FEA-USP. Ele explica que, do lado do Brasil, a abertura comercial da década de 1990 propiciou a ampliação do comércio com o país asiático. Porém, após a chegada de produtos

chineses, muitas empresas brasileiras faliram. Ele conta que o fluxo comercial entre o Brasil e a China ganhou impulso no governo Lula (2003-2011), quando o então presidente assinou um acordo comercial com o país. Feldmann estima que em 2016 entraram legalmente no Brasil cerca de US\$ 30 bilhões de produtos chineses, dos quais 90% eram industriais, sendo que São Paulo recebeu aproximadamente de US\$ 9 bilhões do total, incluindo principalmente eletrônicos, computadores, celulares e impressoras.

O professor da FEA também explica parte da pujança comercial da China com a desvalorização proposital que o país faz de sua moeda para fomentar as exportações. “Entre 2011 e 2012, a aquisição de produtos chineses pelos brasileiros foi tão intensa que se refletiu na criação de 1 milhão de empregos industriais no país asiático. É um número alto, se consideramos que atualmente a indústria brasileira emprega cerca de 8 milhões de pessoas”, conclui Feldmann. ■

Projetos

1. A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: A experiência paulista (nº 13/26116-5); **Modalidade** Projeto Temático; **Pesquisadora responsável** Vera da Silva Telles (USP); **Investimento** R\$ 2.298.704,81.
2. Cidades e mercados: Migrações e rotas comerciais de São Paulo à Guangzhou e Yiwu (nº 15/15056-7); **Modalidade** Bolsa de Pós-doutorado; **Pesquisador responsável** Alvaro Augusto Comin (USP); **Bolsista** Carlos Freire da Silva; **Investimento** R\$ 181.185,72.

Livro

PERALVA, A.; TELLES, V. (orgs.) **Illegalismos na globalização: Trabalho, migrações, mercados**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015, 572 p.